

**Sensações suicidas: considerações metodológicas para o estudo da morte voluntária através das notícias publicadas nos jornais de Belém do Pará na virada dos séculos XIX e XX.**

MARCELO JOSÉ PEREIRA CARVALHO\*

Trabalhar com o tema da morte voluntária em história não é tarefa amena, tampouco fácil, caso não se renovem as fontes disponíveis. Problemas de ordem metodológica se impõem. Como afirmou Semler (1998: 21), “a ‘realidade’ histórica do suicídio [...] constitui terreno bastante escorregadio para o historiador”. Acompanhando o estigma secular que incide sobre o suicídio<sup>1</sup>, as fontes possíveis que lhe dizem respeito se restringem. Minois (1999: 07) reconheceu que os arquivos judiciais podem se mostrar tanto “fragmentários”, como (e por isso mesmo) escassos, ao passo que os registros paroquiais praticamente se silenciam quanto à morte de suicidas, por óbvios interditos de ordem moral e religiosa. Com Semler (1998: 20), toca-se no ponto central do problema, pois que considera o suicídio enquanto “tabu supremo da civilização ocidental”. Aqueles que sobrevivem ao ato suicida – parentes, amigos, testemunhas – procuram ocultar da vista da sociedade a sua prática. A escamoteação da verdadeira *causa mortis* se revela mais do que hipótese. Michelle Perrot (2003: 593) mostrou-se cética quanto ao crédito de veracidade a ser dado aos depoimentos de familiares ou à palavra final das autoridades, em suas análises sobre o suicídio na França do século XIX. Para ela, os fatos podiam ser tanto atenuados; como os testemunhos e os registros, manipulados; e as fontes, suprimidas.

E sendo a morte voluntária um ato de acentuado sentido privado, também não se pode contar com muitos traços diretos deixados por seus autores, já que as célebres cartas de despedida se incorporam a determinado “ritual de autodestruição” a partir de meados do século XIX, com o aumento dos índices de alfabetização ou de certa sensibilidade romântica (SEMLER, 1998: 20). No caso específico de Belém, para o recorte temporal considerado – a virada dos séculos XIX e XX –, os processos judiciais

---

<sup>1</sup> Conforme Alvarez (1999: 84), mesmo as mudanças visando uma maior humanização do suicida, a partir do século XVIII, não eliminaram o tabu que cerca a prática do ato. Para Peter Gay (2001: 212), o debate sobre o suicídio foi deslocado da esfera de reflexão moral, para incluí-lo enquanto nova modalidade de patologia ao longo do século XIX.

ou de investigação policial, assim como as estatísticas oficiais se mostram em número reduzido e, mesmo, fragmentados<sup>2</sup>, lembrando aquela constatação de Minois. Assim, também se encontra prejudicado o projeto de uma história totalizadora a partir da análise de dados seriais e quantitativos.

Entretanto, nesse mesmo período, muito havia sido analisado e, em especial, debatido e lido sobre o suicídio. Este exercia o seu fascínio, seja pela polêmica estabelecida nas posições assumidas<sup>3</sup>; seja pela preocupação dos saberes médico, jurídico e sociológico em conhecer e tratar o suicídio nas suas respectivas áreas; seja ainda pela simples exploração do seu caráter de sensacional. A morte voluntária não deixou de ser tema de trabalhos acadêmicos, obras de referência, e até mesmo em artigos, editoriais e notícias publicadas nas folhas diárias dos grandes centros urbanos do início do século XX. Os periódicos procuravam, à sua maneira narrativa, manter o diálogo com todos aqueles saberes que problematizavam o suicídio. E, como considerou Semler (1998: 56), os jornais “constituíam o principal veículo de familiarização do suicídio aos olhos do público”.

Por isso, tanto Minois como Semler reconhecem o necessário recurso a outras fontes, e as mais variadas, para analisar a historicidade do suicídio. Fontes essas que são encontradas na literatura, nos periódicos ou nas memórias, os chamados “traços indiretos” (SEMLER, 1998: 21). Por outro lado, deve-se ressaltar que a opção em trabalhar com os periódicos, como fonte privilegiada para o estudo do suicídio, não pode se fundamentar, exclusivamente, por essas limitações de ordem metodológica. Em hipótese alguma os jornais devem ser considerados fontes residuais, no sentido de que venham a constituir as que restam disponíveis para análise. Antes, precisa-se reconhecer a riqueza e o valor do material, contido nas suas linhas impressas, que se coloca à disposição de pesquisas que se abrem a novas perspectivas e possibilidades.

---

<sup>2</sup> No novo espaço local aberto às pesquisas em História, o Centro de Memória da Amazônia (convênio entre UFPA e TJE-PA), contam-se apenas 05 (cinco) inquéritos policiais sobre atos de suicídio relativo ao recorte temporal considerado.

\* Mestrando pelo Programa de pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará.

<sup>3</sup> Refere-se ao fato de terem sido publicados nos jornais locais, tanto artigos que condenavam o suicídio, como *O suicídio*, no *Diário de Notícias* de 08 de fevereiro de 1895, e até aqueles que lhe faziam clara apologia, como *A morte do futuro*, na *Folha do Norte*, de 24 de março de 1905.

Desse modo, considerações especiais devem ser feitas quanto ao uso proveitoso dos jornais como fontes históricas. Há muito que os historiadores deixaram de encarar as notícias neles impressas como simples “imagens parciais, distorcidas e subjetivas” na busca necessária pelo real (LUCA, 2005: 112). Em se tratando do tema da morte voluntária, aliás, não há como requerer objetividade absoluta em qualquer das fontes que se possa lançar mão para a sua análise, conforme já visto. Por outro lado, não se pode deixar de ficar atento ao fato de que os jornais não são “meros receptáculos de informações”, que podem ser manipulados a apenas confirmar as hipóteses levantadas na pesquisa (LUCA, 2005: 116-7). Seria muita ingenuidade na proposta do trabalho. Os vários sentidos e significados com os quais se apresenta a idéia de suicídio nas notícias, nos artigos, nas peças literárias, nos anúncios dos jornais – da condenação à apologia; da tragédia lamentada à possibilidade de redenção –, mostra-nos o quanto essas representações devem ser problematizadas ao invés de ratificar possíveis certezas.

Há trabalhos acadêmicos recentes<sup>4</sup> a nos demonstrar que as abordagens historiográficas sobre o suicídio vem se firmando no campo das produções acadêmicas brasileiras. Cremos também que tais experiências nos levam a pensar que o próprio uso dos jornais e da literatura, como fontes, acabou por tornar possíveis tais abordagens. Fábio Henrique Lopes, com os jornais campineiros do século XIX; Susan Anne Semler, com a literatura naturalista norte-americana do século XIX; e Valéria dos Santos Guimarães, com *O Estado de São Paulo* da década de 1910, evidenciam o forte debate desses impressos (na busca de referências) com tradições filosóficas, com saberes e práticas científicas. Em especial, médicas, que ganhavam corpo na sociedade e espaço nos jornais, para definir os limites da normalidade: a sua apropriação nos artigos e nas notícias servia como legitimador do próprio discurso perante os leitores (LOPES, 2007). Aldrin Figueiredo (2005: 246), ao discutir o uso dos jornais como fonte para estudo de história social, também observou o inevitável diálogo dos editores com o meio social no qual estavam inseridos, o que garante a cada edição diária de jornal, a cada notícia publicada, historicidade e “significados e sentidos próprios”.

Nesse sentido, pensamos o quanto esse diálogo se fazia à maneira própria dos corpos de redatores. Entre eles, podem-se ver muitos profissionais liberais, que faziam

---

<sup>4</sup> Aqui se refere especificamente à dissertação de mestrado de Fábio Henrique Lopes (1998), pela Unicamp, e as teses de doutorado de Susan Semler (1998) e Valéria Guimarães (2004), pela USP.

do manuseio de blocos de papéis e das prensas tipográficas a sua segunda ocupação, como também se identificam os literatos<sup>5</sup>. O uso de referências a cânones da literatura ocidental eram frequentes, seja na proliferação de *lovelaces* como protagonistas das notícias que versavam sobre o rapto e sedução de menores<sup>6</sup>, ou do “monstro dos olhos verdes”, por exemplo, para designar um dos motivos pelo qual uma certa Francisca do Nascimento tentaria o suicídio (ENVENENADA ..., 1905: 01)<sup>7</sup>. Por outro lado, as notícias, que levavam ao conhecimento público os casos de suicídios, exploravam o sensacional não apenas pelo tema escolhido, mas pelas formas e pelos recursos narrativos então empregados. O termo francês *fait divers*<sup>8</sup>, aplicado a essas narrativas, no geral, remete-nos ao “relato romanceado do cotidiano real” (MEYER, 1996: 94). Observa-se que não se trata de simples descrições frias de fatos ocorridos – como se pretende atribuir ao discurso e à técnica jornalísticos –, mas são narrações carregadas de efeitos melodramáticos, de tons coloquiais e, sobretudo, de um fundo moralizante. Algumas narrativas assumem mesmo a estrutura de fábulas. O princípio era elevar à potência máxima o absurdo e o extraordinário de fatos criminais ou bizarros – entre eles, óbvio e principalmente, os suicídios –, à maneira dos velhos folhetins. De acordo com Meyer (1996: 100), o recurso a essas formas narrativas visava aproximar, ou melhor, envolver o leitor na própria tragédia descrita. Não de outro modo, percebe-se o grau de pormenorização com que se revestiam as notícias sobre práticas de suicídio, principalmente quanto aos que seriam os últimos momentos de vida do suicida (no que lhes vinha à mente). Desse modo, dá-se o tom ficcional, principalmente se formos levar em conta que a maioria desses atos teriam sido praticados sem a presença declarada de testemunhas.

Valéria Guimarães (2004) chegou a mapear o movimento tomado pelas notícias em *fait divers* na diagramação das folhas dos jornais paulistanos, nelas reconhecendo a

---

<sup>5</sup> Jornais da época, como a *Folha do Norte*, contavam com escritores vindo de associações literárias de Belém, como a Sociedade Mina Literária (1895–1899), segundo José Eustáquio de Azevedo (1970).

<sup>6</sup> Alusão ao personagem libertino do romance epistolar “Clarissa”, de Samuel Richardson (1747-8).

<sup>7</sup> Referência ao diálogo entre os personagens shakespearianos Iago e Otelo sobre o poder do ciúmes. Ver: SHAKESPEARE, William. Otelo, o mouro de Veneza. In: Obra Completa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995.

<sup>8</sup> O termo *fait divers* já era reconhecido no início do século XX, na própria imprensa brasileira, como relativo às notícias sensacionais que tratavam sobre variedades e o cotidiano, conforme artigo de Afrânio Peixoto, *Realidade e ficção*, publicado em *O Jornal*, de 15 de junho de 1929.

influência do estilo narrativo dos folhetins. De início, situando-se às margens destes, nas primeiras páginas dos jornais, passam-lhes a fazer concorrência pelo destaque, até migrar às últimas folhas. Nos jornais de Belém, percebe-se a constância das notícias de sensação como matérias das primeiras ou (no máximo) das segundas páginas, e a ocupar grandes espaços nas colunas, pelo menos até meados da década de 1910. Desse modo, Tânia de Luca (2005: 139) afirmou que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. Essas questões, portanto, relacionadas aos casos de suicídios que se tornaram notícias, e ao destaque que lhes foi conferido no corpo do jornal, permitem-nos pensar o quanto de sentidos (e mesmo de pesos) diferenciados lhes foram atribuídos. Do mesmo modo, lançam-se luzes sobre as intenções e as intervenções de ordem editorial que acabam por construir dada representação quanto às competências e às expectativas (culturais e estéticas) do público leitor (CHARTIER, 1995: 224) da Belém naquela virada de séculos.

Torna-se necessária, por outro lado, a cautela, ou a prudência, em reconhecer, nesses *fait divers* sobre casos de suicídios, o balançar constante da tênue fronteira que separa o verdadeiro do fictício. Como ponderou José Honório Rodrigues (1968 apud LUCA, 2005: 116): a insuspeita “mistura do imparcial e do tendencioso”, o que nos leva a reconhecer as limitações próprias dos jornais enquanto fontes, mas que não os invalidam. Há de ter a presença do verossímil nessas notícias sobre práticas de suicídio, de modo a torná-las críveis ao seu público, e por onde se pode compreender, no limite, os valores e as percepções de mundo daquele ambiente urbano em que se conformava a cidade de Belém (FIGUEIREDO, 2005: 261).

Assim, procura-se identificar as práticas e as representações sociais sobre o suicídio, em tais materiais impressos, com o interesse maior “pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam” do que pelo objeto narrado propriamente dito, como argumentou Antoine Prost (1998 apud LUCA, 2005: 114).

Esse trânsito pela narrativa ficcional não deve assustar o historiador no fazer de sua pesquisa. Sempre é bom se reportar ao posicionamento tomado por Carlo Ginzburg, no debate “pós-moderno” sobre o valor científico (ou não) da narrativa histórica, e a sua proximidade com a ficcional. O historiador italiano nos propõe a considerar essa relação

como “contenda pela representação da realidade”, em que o conflito se faz presente, mas pletora de “desafios, empréstimos recíprocos, hibridismos” (GINZBURG, 2007: 09). Através dessa relação, pode-se chegar ao real, pelo menos, nas suas diversas possibilidades, através de seus fragmentos deixados, mesmo que involuntariamente, no “rastros” das narrativas (GINZBURG, 2007). Pode-se, inclusive, dialogar (sem medo) com os escritos que se assumem como literários, “não como documentos históricos mas como textos entranhados de história” (GINZBURG, 2007: 11).

Um exemplo feliz sobre o uso proveitoso do ficcional para a construção da história está em Keith Thomas. O historiador inglês consegue articular, no seu trabalho, uma série vasta de narrativas em comentários, em discursos, em pregações, em produções literárias, e até de representações pictóricas, com trabalhos antropológicos e historiográficos. A esse recurso metodológico, reconhecem-se as limitações, no exato ponto em que também se enxergam novas possibilidades de se fazer história, através, justamente, da riqueza semântica desses textos: “não há nada capaz de superá-la como guia para os sentimentos e idéias pelo menos dos setores mais articulados da população” (THOMAS, 1988: 19).

A proposta de Thomas em reunir “os estudos de história e de literatura” não o difere da interdisciplinaridade praticada por Roger Chartier. Este transita entre a literatura (mesclada com a crítica literária), a história cultural (na tradição da história sócio-econômica), a sociologia, e saberes mais técnicos, como a paleografia e a bibliografia. O interesse de Chartier está em realmente compreender a historicidade dos sentidos apreendidos dos textos, nas suas múltiplas formas, e nos tipos de suporte em que se inscrevem. Sentidos esses que se constroem ao longo de uma cadeia que envolve a publicação, a circulação e a apropriação de qualquer obra literária, incluindo as notícias veiculadas nos jornais. “Devemos articular estes saberes e técnicas para compreender as condições da elaboração, da redação e da construção da obra” (CHARTIER, 2010, tradução nossa).

As notícias não são postas à leitura naturalmente, assim como todo texto não existe por si, como abstração. Essa constatação, um tanto quanto óbvia, é necessária. De acordo com Chartier (2010), o historiador deve evitar a leitura de qualquer texto como se o mesmo refletisse imediatamente certa realidade social. Cada obra, seja impressa ou manuscrita, foi concebida com regras, com referências, com modelos e com intenções

que a regulam. Essa preocupação em discutir a materialidade dos suportes dos textos, leva ao reconhecimento, no caso dos jornais, do “lugar social da imprensa” que não pode ser desprezado (LUCA, 2005: 132).

Para a diagramação e a dimensão (formato) próprias de cada jornal, até para a qualidade (ou a falta desta) de seu papel e de sua impressão, há práticas diferenciadas de leitura e da própria relação dos grupos de leitores com o texto (CHARTIER, 1998, apud LUCA, 2005: 132). Esse conjunto de relação implica na produção dos sentidos sobre as representações construídas. Em uma perspectiva de história da leitura, deve-se compreender a historicidade da própria fonte, como já citado. Não se pode desprezar as condições técnicas de impressão dos jornais de Belém daquela época, em especial o processo, com avanços e recuos, de reconfiguração de uma imprensa política e panfletária (típica do período imperial), para a de caráter empresarial, com novas formas de organização interna (como os melhoramentos nos mecanismos tipográficos) e de logística (na distribuição e venda de exemplares avulsos).

Tal lugar social da imprensa pode ser percebido na própria profusão de periódicos existentes em Belém nessa virada dos séculos XIX e XX. Momento em que se percebe a configuração da imprensa como um dos símbolos da modernidade. Remigio de Bellido (1908) chegou a catalogar nada menos que 361 periódicos – entre revistas, anais, boletins e jornais – lançados no Estado do Pará apenas entre os anos de 1891 e 1908. Sobre esse aspecto, Aldrin Figueiredo (2005: 248) notou “a importância que a sociedade do passado deu à informação e aos debates veiculados na imprensa”.

O reconhecimento de que as mesmas narrativas sobre morte voluntária podiam ser apropriadas por vários segmentos sociais, principalmente em se tratando de jornais com circulação pública, parte dos textos para se chegar aos grupos de leitores. Mais precisamente às “comunidades de leitores”, que não passam pela simples clivagem em função da renda, mas de outras diferenciações sociais válidas (CHARTIER, 1991: 180-1). Assim, podemos compreender as diferentes formas de interação com as notícias de suicídio, entre os intelectuais (inclusive os médicos); entre os religiosos; entre os populares; entre os homens e as mulheres; entre os jovens e os velhos da Belém daquele período, ávidos, ou não, por essas notas de sensação.

A identificação desse público leitor se mostra difícil e complicada, admiti-se. Principalmente, em razão de não se dispor do retorno desses leitores em relação ao

significado apreendido do que fora lido. Por outro lado, reconhece-se que as taxas de alfabetização do período são insuficientes para perceber as competências de leitura dos habitantes de Belém na relação com as notícias impressas, bem como não afasta a possibilidade de se trabalhar com a hipótese de diversas práticas de leitura coexistentes e complementares entre si, entre a oralidade comunitária e a leitura silenciosa.

E reconhecer na materialidade também do ato de ler, na sua inscrição no espaço, na relação dos leitores consigo e com os outros (CHARTIER, 1991), a operação das representações, contidas nos textos, sobre a vida pública. Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1980 apud LUCA, 2005: 118) entendem o jornal “como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social”. No caso das notícias de suicídio veiculadas nos jornais, percebem-se os caminhos abertos ao debate e à disseminação de valores e de saberes, em especial o discurso médico e moralizador, que por elas perpassava, em um projeto implícito de modernização em que os suicidas – e todas as anomalias e os desvios a eles associados – não tinham lugar.

Chartier (1991: 177, 183) parte do princípio de que as representações coletivas são as matrizes das práticas sociais, e fazem com que os indivíduos e os grupos dêem “sentido ao mundo que é o deles”. Portanto, as representações estão próximas do real, em busca do qual – ou pelo menos próximo – o historiador realiza o seu ofício. No embate das representações, presentes nas notícias sobre suicídio em circulação, estabelecem-se as lutas. Quem as lê desempenha papel ativo (dentro de suas competências, de seus usos e expectativas), mediada pela materialidade dos jornais, mesmo apesar dos agenciamentos, das intenções de quem escreve, produz, organiza e vende as notas impressas, enfim do conjunto do corpo redacional. E essas lutas de representações se dirigem ao “ordenamento, logo a hierarquização da própria estrutura social” (CHARTIER, 1991: 186).

Nesse sentido, em determinada notícia levada aos leitores pela *Folha do Norte*, em uma manhã de fevereiro de 1900, percebem-se as intenções da representação formulada em torno de uma tentativa – não premeditada – de suicídio. Esta aparece no texto mais do que para tornar sensacional o desfecho de uma narrativa sobre um acontecimento, por si, já trágico. Também serviu como veículo de divulgação de valores morais, no melhor estilo folhetinesco de um *fait divers*. Tem-se a presença da anciã Justina



Meirelles, que parece encarnar a figura piedosa da *mater dolorosa*<sup>9</sup>. Enviuvava recentemente do marido, que “vivia entredado por uma paralytia” (MÃE ..., 1900: 02). Seu único filho, Marianno, na precocidade dos seus 16 anos, já bebia “como um homem todos os alcooles, é jogador e ladrão” (MÃE ..., 1900: 02). A condição da velha Justina – típica das protagonistas do chamado “romance da vítima” (MEYER, 1996: 218) no final do século XIX – está reforçada pela sua própria caracterização física e emocional, com o coração apunhalado e com as faces enrugadas.

O ápice dessa tragédia cotidiana foi quando Marianno chegou em casa de madrugada e embriagado, após sua mãe o ter esperado até tarde. O alcoolizado rapaz se encheu de raiva por sua mãe lhe ter pedido para parar de bater no cachorro que lá estava. Desferiu na pobre mãe um tabefe que a fez rolar “soltando um grito lancinantissimo que moveu ao arrependimento o criminoso” (MÃE ..., 1900: 02). Com o barulho, acudiram-na os vizinhos, acende-se a luz na casa e Justina, cansada desse viver, amaldiçoa o filho, que “rápido, puxou de uma faca que trazia á cintura e virou-a contra si, ia a ferir-se, mas a mãe abraçou-se nelle e os vizinhos desarmaram-no ...” (MÃE ..., 1900: 02).

Nessa narrativa (que praticamente ocupou uma coluna de jornal), a condenação ao alcoolismo aflora na sua própria equiparação ao crime, e como comportamento desviante e desestabilizador da harmonia familiar. A defesa dos bons valores e virtudes se faz representar tanto pelo amor maternal, como pela fidelidade canina. Entretanto, essa pequena família pode não ter passado de mera ficção. Esse cotidiano de desgraças também pode ter sido inspirado em tantos outros casos semelhantes observados na experiência dos repórteres da redação do jornal. Em todo o caso, percebe-se a intenção de intervir sobre o cotidiano da cidade no sentido de fazer, dessa tentativa de suicídio, um alerta ao público leitor, para a melhor conduta a ser tomada – articulando-se com outras notícias sobre a reprovação do consumo de bebidas alcoólicas, então presentes. Até mesmo na perda da razão momentânea (fruto da loucura ou dos efeitos do álcool), poder-se-ia haver a possibilidade da redenção ao mais incorrigível dos desviados, que perambulavam pelas ruas de Belém e se encontravam às margens de seu projeto civilizador.

---

<sup>9</sup> Representação recorrente no culto mariano, associando a Virgem Maria às dores da Paixão de Cristo.

Esse caso não guarda relação com as “amenidades” a que Aldrin de Figueiredo (2005: 247) se referiu serem correntes nos jornais belenenses a partir da segunda metade do século XIX. Verdadeiros “dramas de sangue” do cotidiano, entretanto, também recheavam as páginas de tais periódicos. Não há como ser indiferentes a eles, nem de lhes deixar de reconhecer o valor como registros de uma época. Como afirmou Marc Bloch (apud GINZBURG, 2007: 10), “aquilo que o texto nos diz já não constitui o objeto preferido de nossa atenção”, mesmo porque pode ser inventado, ou assim o é deliberadamente. Entretanto, permite-nos compreender o universo mental e material em que foi produzido. Essas notícias sobre suicídio se prestam, portanto, para analisar os múltiplos aspectos da vida social e política da cidade em seu próprio tempo. Estamos longe de poder afirmar que Belém teria sido “terra de suicidas”, mas os jornais, que nela circulavam, pelo menos regalava os seus habitantes com a leitura, quase diária, desses casos sensacionais.

#### Referências bibliográficas:

ALVAREZ, A. **O deus selvagem**: um estudo do suicídio. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

AZEVEDO, José Eustáquio de. **Antologia amazônica** (poetas paraenses). Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1970.

BELLIDO, Remigio de. **Catálogo dos jornais paraenses 1822-1908**. Belém: Imprensa Oficial, 1908.

CHARTIER, Roger. El trabajo del historiador. In: **Espéculo Revista de estudios literarios**. Disponível em <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero15/chartier.html>>. Acesso em 2010.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, ano V, n.11, pp.173-91, 1991.

\_\_\_\_\_. **Textos, impressões, leituras**. In: HURT, Lynn. *A nova história cultural*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1995, pp.211-38.

ENVENENADA por causa de amores. **Folha do Norte**, Belém, p.01, 05 dez.1905.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922. In: **Margens Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisas CUBT/UFPA**. Abaetetuba, PA: CUBT/UFPA; Belém: Paka-Tatu, v.2, n.3, pp.245-66, jun. 2005.

GAY, Peter. **Patologias: os prazeres da dor**. In: *A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: o cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp.188-217.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Valéria dos Santos. **Notícias diversas**: suicídios por amor, 'leituras contagiosas' e cultura popular em São Paulo nos anos 10. 2004. 233 p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOPES, Fábio Henrique. **O suicídio sem fronteiras**: entre a razão e a desordem mental. 1998. 127 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_. **Suicídio & saber médico**: estratégias históricas de domínio, controle e intervenção no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Ateliê, 2007.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (coord.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 111-53.

MÃE infeliz. **Folha do Norte**, Belém, p.02, 19 fev. 1900.

MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MINOIS, Georges. **História do suicídio**: a sociedade ocidental perante a morte voluntária. Lisboa: Teorema, 1998.

P. **A morte do futuro**. *Folha do Norte*, Belém, p.01, 24 mar. 1905.

PEIXOTO, Afrânio. **Realidade e ficção**. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.04, 15 jun. 1929.

PERROT, Michelle. **Gritos e cochichos**. In: PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. v.4, pp.563-611.

PINHEIRO, José de Andrade. **O suicídio**. *Diário de Notícias*, Belém, p.01, 08 fev.1895.

SEMLER, Susan Anne. **Uma morte privilegiada?** Suicídio, História e Literatura nos Estados Unidos no final do século XIX. 1998. 286p. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SHAKESPEARE, William. **Otelo**, o mouro de Veneza. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.